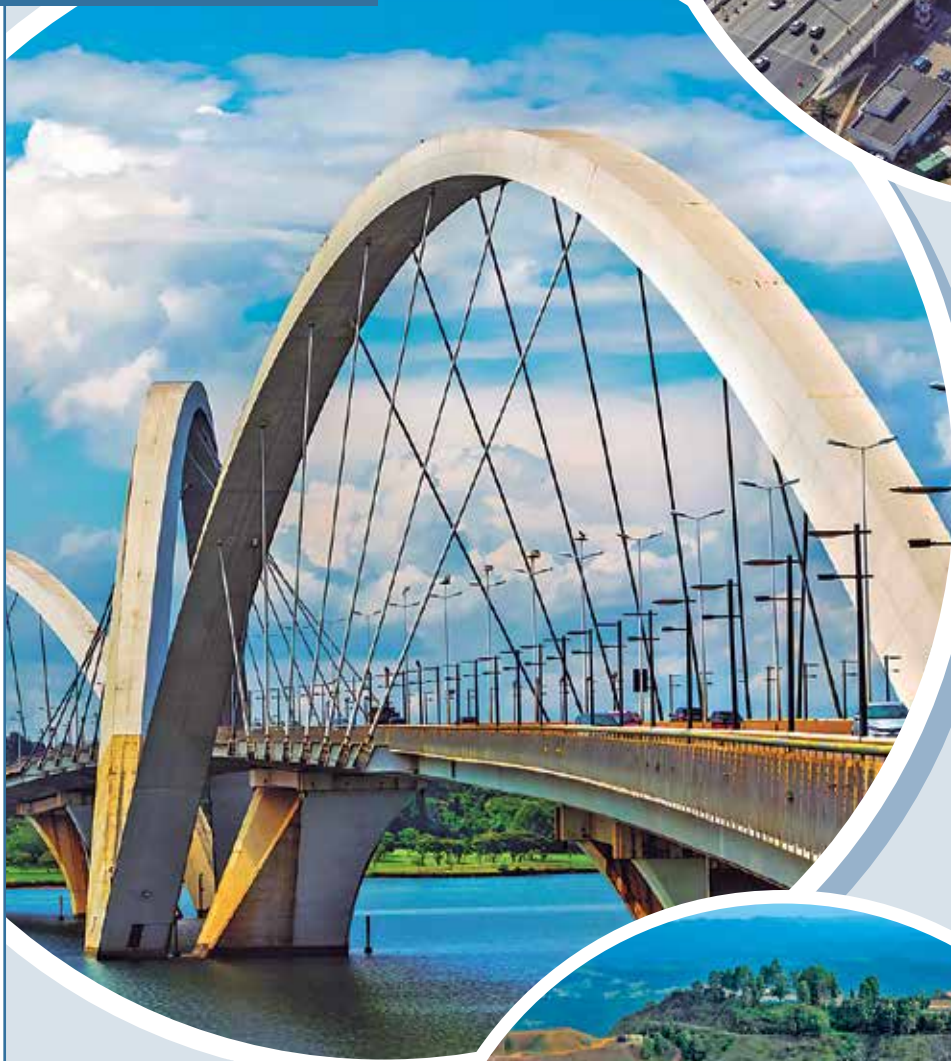




Jornal do Engenheiro



FNE apresenta “Cresce Brasil – Engenharia de Manutenção”

Publicação lançada pela Federação Nacional dos Engenheiros em 17 de junho, no auditório do SEESP, faz diagnóstico sobre a falta de fiscalização em estruturas, como pontes e viadutos, e edificações em geral e sugere medidas preventivas. Entre as propostas para evitar acidentes e gastos excessivos, está a criação de órgãos públicos que tenham a incumbência de garantir inspeção e conservação permanentes. *Página 5*



Linha Amarela (RJ) – Divulgação/ OAS | Ponte JK (DF) – Depoimentos/ Depoimentos | Brumadinho (MG) – Washington Alves/ Reuters/ Agência Brasil



Remuneração digna PARA OS ENGENHEIROS

OS ENGENHEIROS têm o seu piso estabelecido pela Lei 4.950-A/1966 em seis salários mínimos vigentes no País para jornada de seis horas e em nove salários mínimos para jornada de oito horas. Exatamente por garantir remuneração digna ao profissional desde o início da carreira e servir de importante referência ao mercado de trabalho da categoria, a defesa dessa regra é bandeira de luta prioritária do SEESP. Assim, temos mantido trabalho constante para que a legislação seja cumprida como forma de valorizar essa mão de obra que é essencial ao avanço socioeconômico do País e ao bom desempenho das empresas, seja no desenvolvimento de produtos, no aprimoramento de processos ou na elaboração e acompanhamento de projetos nos mais diversos segmentos.

Eng. Murilo Pinheiro
Presidente

Foi, portanto, com perplexidade e indignação que recebemos a notícia sobre o Projeto de Lei 3.451/2019, apresentado em 12 de junho último pelo deputado federal Ubiratan Sanderson (PSL-RS), que pretende revogar a legislação consagrada do salário mínimo profissional. Conforme aponta nota divulgada pela Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) sobre o tema, ao fazer tal proposição, em suas justificativas, “o parlamentar argumenta tese equivocada de inconstitucionalidade da legislação”, pois seria vetada a indexação ao salário mínimo.

Ocorre que tal discussão já foi mais que superada e parecer definitivo elaborado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Francisco Rezek (bit.ly/ParecerRezek) põe por terra a ideia da não recepção da Lei 4.950-A/1966 pela Carta Magna de 1988. “Se a finalidade do salário mínimo é atender às necessidades básicas do trabalhador, não há inferência possível senão a de que a expressão para qualquer fim – regente da vedação do



vínculo – diz respeito ao que não tenha a ver com a própria retribuição básica devida a quem trabalha, qualquer que seja seu âmbito de atividade ou seu nível de capacitação. Um fato político notório foi o propósito do constituinte: coibir o uso do salário mínimo como indexador – rotineiro que se havia tornado – de obrigações de natureza

não salarial, mais de perto atinentes ao capital que ao trabalho, o que por certo inibiria, em período inflacionário ainda galopante, sua correta fixação e reajuste, a não falar dos danos daí decorrentes para a economia.”

Além disso, salienta o magistrado, a lei máxima do País é taxativa ao determinar piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho. “Está assim expresso na letra da Constituição que haverá um salário mínimo – ou piso salarial – proporcional à extensão e à complexidade do trabalho realizado por determinada categoria profissional, levando em conta a natureza da atividade exercida, a formação acadêmica do profissional, sua qualificação para realizar determinado trabalho com eficiência e proveito”, ensina Rezek.

O SEESP trabalhará, juntamente com a FNE e demais sindicatos filiados a ela, para que a proposição não prospere, fazendo ver aos deputados que se trata de equívoco e grave injustiça com os engenheiros.

Projeto que pretende revogar lei do salário mínimo profissional da categoria é equívoco que deve ser barrado no Congresso.

JORNAL DO ENGENHEIRO — Publicação do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Marcos Wanderley Ferreira, Newton Guenaga Filho, João Paulo Dutra, Fernando Palmezan Neto, Edilson Reis, Antonio Roberto Martins, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flavio José Albergaria de Oliveira Brizida, Henrique Monteiro Alves, Aristides Galvão, Carlos Hanneckel, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Di Stefano Mariano, Fabiane B. Ferraz, Gil Chacur, Gley Rosa, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Marcellie Dessimoni, Mário Luiz Donato, Meire Garcia, Nestor Tupinambá, Osvaldo Passadore Junior, Renato Becker e Sérgio Granato. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Editora assistente: Soraya Misleh. Repórteres e revisoras: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva, Rosângela Ribeiro Gil, Deborah Moreira e Jéssica Silva. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eliel Almeida e Francisco Fabio de Souza. Apoio à redação: Pedro Henrique Santana. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Delegacias sindicais: <http://goo.gl/yFwIR5>. Tiragem: 11.000 exemplares. Fotolito e impressão: Folha Gráfica. Edição: Julho de 2019. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.

FILMADO A
ANATEC
PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS



Amplie o horizonte de sua empresa

Anuncie para os engenheiros do Estado de São Paulo

Veja como em www.seesp.org.br/publicidade/

ou pelos telefones:
(11) 99173-0651
(11) 3284-9880

Previsão de R\$ 86,4 bi para ferrovia pode não sair do papel



Especialistas indicam problemas no modelo institucional do setor e falhas em executar projetos anteriores como principais riscos de não serem feitas obras incluídas na segunda fase do Programa de Investimentos em Logística (PIL 2).
Página 5



Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros

Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo "entidade de classe". Com isso, você destina 16% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.

Apoio: **CREA-SP**

O acordo de Alcântara

Flávio Rocha de Oliveira

EM 18 DE MARÇO DE 2019, os governos do Brasil e dos Estados Unidos assinaram o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) que regula o uso comercial do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) por parte do governo norte-americano e de empresas desse país. Foguetes e satélites desenvolvidos com tecnologia dos EUA, tanto do governo como de empresas privadas autorizadas por ele, poderão ser lançados de Alcântara, e o Brasil receberá uma compensação monetária.

O acordo ocorre num cenário internacional marcado pela competição geopolítica entre China, EUA e Rússia. A disputa entre essas grandes potências tem um desdobramento tecnológico envolvendo o espaço cibernético, a inteligência artificial, as telecomunicações, os setores naval e aeroespacial.

No setor aeroespacial da disputa, o Brasil parece tomar o partido dos EUA. O governo brasileiro deu o aval para que a Embraer possa ser controlada pela Boeing, e, em relação a Alcântara, fica colocada a possibilidade de que setores privados e estatais (isto é, militares) norte-americanos possam utilizar a base para reforçar a sua posição no tabuleiro global, tanto do ponto de vista econômico como geopolítico.

Para o Brasil, a aceitação do AST traz a entrada de alguns recursos econômicos no curto e no médio prazo, o que permitiria o uso de algum dinheiro na pesquisa espacial do País. Porém, esse mesmo acordo cria três tipos de problemas para qualquer aspiração de o País se tornar um jogador importante no âmbito da exploração espacial.

Em primeiro lugar, o acordo é explícito na proibição do uso dos ganhos econômicos da base no desenvolvimento de um

Veículo Lançador de Satélites (VLS) brasileiro. Ou seja, uma tecnologia que é vital para garantir a soberania e a inserção do País num seleto grupo de potências espaciais, composto por EUA, China, França, Índia e Israel, entre outros, não poderá ser desenvolvida caso o uso comercial gere recursos crescentes.

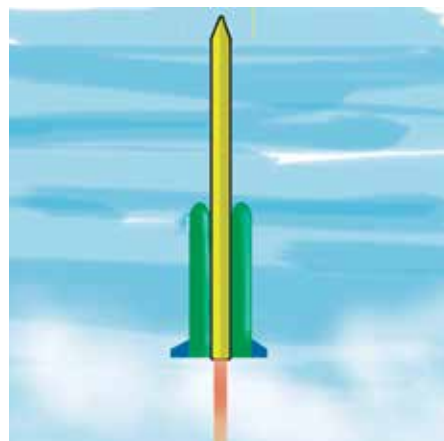
Em segundo lugar, há a condicionalidade em relação aos países que poderiam cooperar com o Brasil na utilização de Alcântara. Novamente, os EUA teriam poder de veto em relação a outros Estados. Uma cooperação mais forte com a China, por exemplo, será impedida ou arbitrada por Washington.

Em terceiro lugar, o setor espacial brasileiro pode se tornar uma extensão, ou um mero "puxadinho", do seu equivalente norte-americano. Caso passe o acordo no Congresso, os investimentos dos EUA tornarão a base apta a operar quase que exclusivamente com tecnologia desse país. Empresas e instituições brasileiras até poderão cooperar, mas como fornecedoras de serviços específicos.

Como resultado, o Brasil abre mão de barganhar amplamente no cenário internacional. Não pode escolher certos parceiros que ofereceriam condições melhores, no futuro, para a cooperação tecnológica. E, ao amarrar o seu setor aeroespacial ao seu poderoso e desenvolvido, estabelece uma relação de dependência. Ao realizar esse alinhamento, o País se contenta com um papel acessório e subordinado aos interesses de Washington.

Flávio Rocha de Oliveira é professor de Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC (UFABC)

PRIMEIROS CONTATOS COM EXTRATERRESTRES





CONTRA RETROCESSOS, *valorização do trabalho*

Deborah Moreira

EM ENCONTRO na sede do SEESP, na Capital, em 18 de junho último, ex-ministros do Trabalho falaram sobre valorização do trabalho e alertaram para a possibilidade de retrocessos para além dos que vêm sendo verificados nessa área nos últimos tempos. Promovida pela Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), a iniciativa serviu de alerta à condução das políticas públicas no âmbito das relações capital-trabalho, após a extinção do Ministério do Trabalho, mediante Medida Provisória de 1º de janeiro último (MPV 870/2019) que estabeleceu a organização administrativa no Governo de Jair Bolsonaro.

Todos os ex-ministros foram convidados, independentemente de filiação partidária. Estiveram presentes Antonio Rogério Magri, Luiz Marinho, Carlos Lupi e Miguel Rossetto. Havia também confirmado Almino Afonso, Jaques Wagner e Almir Pazzianotto, contudo, tiveram imprevistos. Os dois últimos enviaram notas públicas saudando a atividade (*confira em <http://bit.ly/ex-ministros>*).

Segundo os participantes, as atribuições da Pasta – distribuídas agora entre os ministérios da Economia, Justiça e Segurança Pública, Cidadania e Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – estão sendo distorcidas ou simplesmente esquecidas.

Em sua fala de abertura, o consultor sindical João Guilherme Vargas Netto ajustou o tom do debate: “Embora cada um tenha sido ministro de um governo diferente, o conjunto da mesa é a defesa de uma política de Estado, de continuidade das políticas que o Ministério do Trabalho encarnou ao longo de sua trajetória. É como se os quatro que estão aqui encarnassem a vocação do Estado brasileiro que está sendo destruída atualmente. Esta reunião é um alerta sobre isso, uma tomada de posição firme de contrariar essa tendência.”

Antonio Magri, do período Fernando Collor, destacou a reforma trabalhista (Lei 13.467/2017), que, entre outros pontos, enfraqueceu a organização e representação dos trabalhadores. Observou ainda que nova tentativa de retirada de direitos está em curso com a proposta de reforma da Previdência. Segundo

relatou, foi conhecer de perto o sistema de capitalização no Chile há 30 anos. “Hoje, vai ver o que eles têm: só 60% do que se capitalizou, e quem pôde capitalizar. Essa reforma da Previdência é cruel. O Chile hoje está voltando ao que tinha antes. A Bolívia, que foi o país que mais cresceu nos últimos dez anos, reestatizou a Previdência, onde se aposenta com menos tempo de trabalho, e a mulher é mais privilegiada.”

O sociólogo Miguel Rossetto, ministro do Governo Dilma, abordou a perspectiva histórica, anunciando “os sinais dos tempos, que são graves”. Ele fez uma digressão desde a criação da Pasta em 1930, por Lindolfo Collor, até o final do Ministério, o que criticou duramente. Como citou, a recuperação do valor do trabalho organiza e dá sentido à vida republicana, na construção da riqueza nacional. “É o trabalho que constrói uma nação. A partir da desvalorização dessa ideia, autoriza-se o padrão de ampliação de desregulamentação, de exploração bruta do capital.” Outros temas apontados por Rossetto foram a retomada do debate em torno de um projeto nacional e a perda da capacitação tecnológica com a venda da Embraer ao capital estrangeiro – questões abordadas pela FNE em seu projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento – Retomada da engenharia nacional (www.crescebrasil.org.br).

Presidente do PDT e ministro nos governos Lula e Dilma, Carlos Lupi lembrou de Getúlio Vargas e sua importância ao movimento trabalhista, inclusive tendo sancionado a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

E enfatizou que é possível identificar a tendência liberal conservadora no País a partir do reposicionamento legal de que o negociado vale mais que o legislado – como determinado na reforma trabalhista. “Nem a ditadura militar, que foi cruel, dura e sanguinária, teve coragem de acabar com o Ministério do Trabalho”, lamentou.

Tal extinção, assim como do Ministério da Previdência em 2016, para Luiz Marinho, titular da Pasta do Trabalho no Governo Lula, sinaliza para o que ainda está por vir: “Poderá significar o fim da Fundacentro, do Ministério Público do Trabalho, da Justiça do Trabalho. Pode vir uma evolução do desmonte das relações do trabalho.”

Para fazer frente a isso, Murilo Pinheiro, presidente da FNE e do SEESP, conclamou a união das entidades e personalidades: “Acredito que é o melhor caminho para discutirmos e buscarmos soluções. Vamos juntos. A luta é nossa e precisamos trabalhar nessa direção.”

Confira atividade em <http://bit.ly/2X3Zy5m>



Atividade com ex-ministros serviu de alerta à condução das políticas públicas no âmbito das relações capital-trabalho.

ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO PARA EVITAR DESASTRES

Jéssica Silva

“É PRECISO ABANDONAR A precariedade e o imprevisto e, decididamente, implantar uma política de inspeção, conservação e manutenção permanentes no País.” A afirmação do presidente da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) e do SEESP, Murilo Pinheiro, consta da apresentação da nova edição do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, iniciativa que vem sendo atualizada desde 2006.

Intitulada “Engenharia de Manutenção”, a publicação foi lançada oficialmente com o apoio da Mútua – Caixa de Assistência aos Profissionais do Crea em 17 de junho último, na sede do SEESP, na Capital. Em 75 páginas, reúne textos técnicos e análises de obras de artes, estruturas de barragens e a conservação das cidades, apresentando propostas factíveis para a melhoria dos serviços e prevenção de acidentes.

Dentre elas está a criação de uma Secretaria de Engenharia de Manutenção, ou órgão responsável pela área, em todas as esferas de governo. “Com inspeção periódica gastaríamos 5% do que foi utilizado na interdição do viaduto na Dutra”, exemplificou Murilo, mencionando a recente obra de reparo emergencial na estrutura que constitui o principal acesso da Marginal Tietê para a Rodovia Presidente Dutra, na cidade de São Paulo. Ele sugeriu que a nova edição do “Cresce Brasil” seja lançada em cada Estado do País, por meio dos sindicatos filiados à FNE e à Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge), representada no ensejo pelo seu vice-presidente, Ubiratan Felix Pereira dos Santos, o Bira. “Vamos discutir com os secretários, prefeitos e governadores (...) Vamos mostrar que é possível fazer um trabalho mais eficiente e eficaz”, complementou Murilo.

Como informou o consultor Artur Araújo, a ideia da nova edição surgiu a partir de discussão

sobre colapsos recentes de grandes obras, como as barragens que romperam em Mariana e Brumadinho (MG), além da queda de prédios e pontes na Capital. De seminário realizado pelo SEESP em abril último, com a presença de especialistas, constatou-se a carência de manutenção preventiva. As palestras embasaram a publicação, para Araújo, “a principal contribuição técnica e de divulgação dos engenheiros de um grave problema que assola não só o Brasil”.

Em nota técnica para a edição, ele aponta que a falta de manutenção nas obras de todo o mundo está relacionada à política de “contração expansiva”, em que há corte exacerbado de verbas públicas e, como consequência, o abandono em inspeções e reparos. Tal quadro demonstra, como ressaltou o coordenador do “Cresce Brasil”, Fernando Palmezan Neto, a importância do Estado como indutor de investimentos. “E temos que cobrar participação maior da engenharia nesse processo”, salientou.

Retomar protagonismo

Na visão da presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal (Crea-DF), Maria de Fátima Ribeiro C6, abordar engenharia de manutenção é proteger a sociedade. “No artigo primeiro da Lei 5.194/66 está que a profissão do engenheiro é caracterizada pelo interesse social e humano. Temos que nos lembrar disso”, frisou.

Carlos Saboia Monte, coordenador da consultoria técnica do projeto, colocou em questão as muitas obras paradas no País, que “também carecem de manutenção”. Contribui ao problema ainda, como observou, o fato de equipes técnicas estarem cada vez mais desfalcadas, sem profissionais qualificados.

“Faço parte de um grupo de pouco menos de 500 engenheiros e apenas em torno de 80 trabalham com manutenção na cidade de São Paulo”, contou Carlos Eduardo de Lacerda e Silva, consultor do “Cresce Brasil” e servidor da Prefeitura Municipal há aproximadamente 30 anos. Para Carlos Eduardo de Vilhena Paiva, representante do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), a engenha-



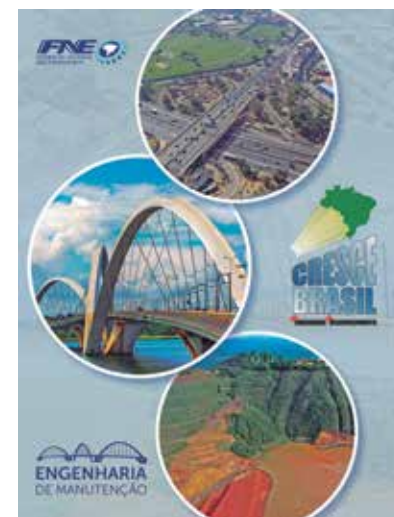
Lançamento da nova edição do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” em 17 de junho, na sede do SEESP, na Capital.

ria está sendo deixada de lado em todos os atuais programas de governos. “Temos que lutar pela carreira de Estado”, ressaltou, citando o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 13/2013, que atende essa demanda da categoria. Retomar esse protagonismo em prol da sociedade está no centro do “Cresce Brasil”.

Nessa direção, Paulo Guimarães, diretor-presidente da Mútua, parabenizou a iniciativa e reforçou a importância de se apoiar projetos como esse, estimulando a engenharia de manutenção para que a profissão “como um todo seja respeitada”.

Participaram também do lançamento Antonio Florentino de Souza Filho, vice-presidente da FNE; Modesto Ferreira dos Santos Filho e Marcos Camoieiras Marques, conselheiros federais do Confea e diretores da FNE; Paulo José Galli, secretário executivo dos Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo, representando o titular da pasta, Alexandre Baldy de Sant’Anna Braga; além dos consultores da nova edição do “Cresce Brasil” Ciro Araújo, chefe da Seção de Engenharia de Estruturas do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT); e Fernando Mentone, presidente da regional São Paulo do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinaenco).

Confira a publicação em http://bit.ly/CrBR_EngManutencao





REFORMA DA PREVIDÊNCIA SEGUE *perversa e sem atacar privilégios*

Soraya Misleh

EM MEIO A PROTESTOS, segue no Congresso Nacional a discussão sobre a reforma da Previdência e busca por aprovação em primeiro turno ainda ao início deste mês de julho – portanto, antes do recesso parlamentar. Segundo especialistas, as mudanças propostas até o momento mantêm aspectos perversos contidos no texto original (Proposta de Emenda à Constituição – PEC 6/2019).

A referência é ao substitutivo apresentado pelo relator da reforma da Previdência na Comissão Especial da Câmara, deputado federal Samuel Moreira (PSDB-SP), um dia antes da greve geral de 14 de junho, que abrangeu, segundo centrais sindicais, 45 milhões de trabalhadores em todo o País. Em 12 de julho está marcado novo Dia Nacional de Mobilização.

Tal resistência, segundo Antônio Augusto de Queiroz, o Toninho, diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), precisa de fato continuar. Seu impacto culminou em progressos no Congresso Nacional, mesmo que limi-

tados. Por um lado, no substitutivo, foi suprimida contribuição extraordinária à Previdência por parte de aposentados ativos, assim como modificação no Benefício de Prestação Continuada (BPC). Houve recuos quanto a benefícios a trabalhadores rurais, regras de transição, pensões, bem como foi retirada a proposta de modelo de capitalização, em que o cidadão teria que contribuir individualmente via contas em bancos, não mais com um sistema coletivo e solidário (*confira quadro*).

Entre os pontos negativos – que têm gerado controvérsias no Legislativo –, por outro lado, Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), chama atenção para mudança na alocação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que pelo substitutivo se destinaria ao pagamento de beneficiários da Previdência. Para o diretor do Dieese, isso comprometerá “todos os programas” que esse financia, como o seguro-desemprego. Outro problema que se mantém no substitutivo é quanto à fórmula de cálculo do benefício, não mais desconsiderando 20% dos salários menores, mas a partir da média de 100% do que o trabalhador recebeu ao longo de sua vida – incluindo, portanto, remunerações em início de carreira. Além disso, no texto do relator, estados e municípios ficam fora, o que, para o Dieese, poderá criar “disparidades de condições entre servidores de mesma carreira”.

Para além disso, a reforma não promove, de acordo com ele, “mudança na estrutura de financiamento”. Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência de 2017 aponta que empresas privadas devem R\$ 450 bilhões à Previdência – e nenhum mecanismo para recuperar esses valores vem sendo objeto de debate nessa proposta. “O foco são ajustes paramétricos, como idade mínima, que não é o principal problema. Assim, onera-se mais a baixa renda [que começa a trabalhar mais cedo].” Toninho



concorda: “Não há cortes em privilégios, mas está se tirando dos mais humildes.”

Onde está o rombo

Em palestra na Câmara Municipal de São Paulo em março deste ano, a auditora-fiscal aposentada da Receita Federal e membro da auditoria-cidadã da dívida, Maria Lúcia Fatorelli, demonstrou que o argumento de que a reforma é necessária para garantir o pagamento de benefícios no futuro é uma falácia. “O rombo não está nem nunca esteve na Previdência, o principal programa social do Brasil, em que mais de 100 milhões de pessoas são atendidas. O gasto público principal é com juros da chamada dívida pública”, ressaltou. Segundo ela, foram R\$ 754 bilhões pagos aos bancos nos últimos anos dessa forma.

O orçamento federal para 2019 é de R\$ 3,262 trilhões. Desse montante, segundo sua explanação, R\$ 1,5 trilhão destina-se para pagamento dessa dívida; a servidores públicos ativos e aposentados, R\$ 326 bilhões; e à Previdência, R\$ 625 bi. Para Fatorelli, o que deveria ser reformada é a política monetária. Além disso, deveriam ser revistas desonerações, a dedução de juros sobre capital próprio e o modelo de tributação regressivo, bem como cobrados impostos sobre lucros e dividendos. “Só com isso, seria possível dobrar a arrecadação e garantir investimentos geradores de emprego.”

Principais pontos do substitutivo em relação à PEC 6/2019

- Desconstitucionalização: mantida sobretudo para servidores de estados e municípios.
- Idade mínima: mantida em 62 anos para mulher e 65 para homem.
- Tempo de contribuição: mínimo de 15 anos para mulher e 20 para homem, porém pode ser ampliado por lei ordinária. Para aposentadoria integral, mantidos os 40 anos.
- Modelo de capitalização: suprimido do texto.
- Benefício de Prestação Continuada: mudança suprimida do texto.
- Regras de transição: mantida fórmula 86/96, até alcançar 100 pontos para mulher em 2033 e 105 para homem em 2028. Também foram definidos “pedágios” (tempos adicionais de contribuição) para aposentadoria antes dos 62 anos (a mulheres) e 65 anos (homens).
- Piso da aposentadoria: vinculado ao salário mínimo.
- Pensão por morte: mantida cota familiar de 50% mais 10% por dependente, não reversível, exceto para deficientes, que terão o valor da pensão integral se essa não ultrapassar o teto máximo do regime geral. Desvinculação entre o valor mínimo das pensões e o salário mínimo foi abrandada.
- Fórmula de cálculo para aposentadoria: mantida em 100% da média de todos os salários recebidos pelo trabalhador.

Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)
<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec211Sbstantivo.html>

LinkedIn para construir novas relações profissionais

Rosângela Ribeiro Gil

“ABRAÇAR” A PLATAFORMA. Esse é o conselho a profissionais da categoria dado pelo jornalista e professor Paulo Silvestre, que também cursou Engenharia Elétrica na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP). Definindo-se “apaixonado por tecnologia e online desde 1987”, ele é taxativo ao falar de LinkedIn: “Não dá para ficar fora, muito menos mudo nessa rede social.”

Na sua ótica, portanto, quem ainda não criou um perfil nessa que é a maior rede social profissional do mundo, com 500 milhões de usuários espalhados por quase 200 países, deve fazê-lo o mais rápido possível. “Tem que estar e aberto a construir relações profissionais as mais diferentes”, ensina Silvestre, para quem, contudo, não adianta criar um perfil e sumir. “Precisa estar presente todos os dias, se possível”, e sugere: “Entra menos no Facebook e mais no LinkedIn, vai ser uma troca muito válida.”

Ele fala com conhecimento de causa: está no TOP Voice 2016 – ranking dos usuários mais engajados e mais influentes no LinkedIn. Nessa direção, sua atuação como jornalista – formou-se pela Universidade Metodista de São Paulo – é enriquecida sobremaneira com os saberes técnicos da engenharia. “Consgo extrair muitas informações de números e dados”, exemplifica.

Sair da “bolha”

A plataforma, que no Brasil soma mais de 38 milhões de perfis, segundo Silvestre, vai muito além de uma rede para procurar emprego. “Hoje estamos no LinkedIn para consumir conteúdo de qualidade, oferecer serviços, encontrar clientes, fornecedores ou simplesmente conhecer pessoas que são interessantes para o nosso trabalho.”



Paulo Silvestre: “A gente cresce quando se relaciona com pessoas diferentes.”

O jornalista e engenheiro ainda dá uma dica final: “Quando estiver lá, converse, relacione-se, faça comentários, adicione e aceite pessoas. Saia da ‘caixa’, da sua ‘bolha’ confortável de falar com os iguais. A gente cresce quando se relaciona com pessoas diferentes.”

Os associados ao SEESP podem receber orientação sobre LinkedIn no atendimento personalizado do setor de Oportunidades na Engenharia. Agende uma visita pelo telefone (11) 3113-2674 ou pelo e-mail oportunidades@seesp.org.br.

ESTÁGIO

Santander

Os candidatos precisam estar no segundo semestre da graduação em qualquer modalidade da engenharia. É necessário ter conhecimentos de inglês e do pacote Office. Entre os benefícios, bolsa auxílio, vale-refeição, vale-transporte e assistência médica. Inscrições até 31 de julho próximo. Mais informações em <http://bit.ly/2J7GyxX>.

DE OLHO NO MERCADO

Qual modelo de currículo seguir?

São muitas as dúvidas na hora de elaborar um currículo: Coloca-se foto ou não? Qual o número ideal de páginas? Usa-se apenas um modelo para diversos tipos de vaga? Como escolher as palavras-chave certas? Como listar competências pessoais?

Um bom currículo precisa ser objetivo, conciso e destacar o que realmente é necessário de acordo com a vaga desejada. Para tanto, é indicado ao profissional que faça um bom resumo de suas qualificações e evidencie suas experiências profissionais, cursos e certificações.

Como contribuição para que se alcance esse resultado, o setor de Oportunidades na Engenharia do SEESP elaborou dois modelos de currículo: um para o estudante que está à procura de estágio e outro ao profissional em busca de emprego ou recolocação no mercado. Podem ser acessados livremente em <http://bit.ly/2FIMEOb>.

Além disso, associados ao SEESP dispõem de orientação específica e personalizada para fazer o currículo e sobre outros temas relacionados à carreira. Basta entrar em contato com o setor pelo e-mail oportunidades@seesp.org.br ou pelo telefone (11) 3113-2674.

Vagas para engenharias

O Projeto Ligue os Pontos (LoP), da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano de São Paulo, está com alguns processos seletivos abertos para diversas funções. Entre elas, engenheiro(a) agrônomo(a) para atuar na área de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) junto a agricultores da zona rural sul de São Paulo. Inscrições até 15 de julho próximo. Detalhes em <http://bit.ly/2IEjUy0>.





Acordos aprovados

Elektro – No dia 17 de junho os engenheiros da Elektro (data-base em 1º de junho) aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária a contraproposta da empresa para assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho de 2019. Destacam-se reajuste salarial de 4,66% (IPCA) na data-base, extensível aos demais benefícios de caráter econômico; redução dos índices de coparticipação em relação ao vales alimentação e refeição; homologação de rescisões contratuais na sede da empresa com a participação do sindicato; indenização de 50 salários para morte decorrente de acidente de trabalho (com patamar mínimo de R\$ 80 mil e máximo de R\$ 800 mil); auxílio funeral de até R\$ 7.000,00 (por grupo familiar) e inclusão automática do cônjuge com percentual de 50%; implantação do Plano Médico Bradesco, com exclusão da franquia de internação e reduções na tabela de coparticipação; prorrogação do acordo por mais dois anos (até 2023); garantia do desconto em folha da contribuição assistencial e/ou confederativa das entidades sindicais; entre outros.

AES Tietê – Em assembleia ocorrida no dia 25 de junho os engenheiros da AES Tietê aprovaram a contraproposta final da empresa para assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho deste ano. Esse abrange, entre outros pontos, vigência de dois anos (2019-2021); piso com base na Lei nº 4.950-A/66; reajuste salarial de 4,7% (superior ao IPCA de 4,66% na data-base em 1º de junho); adiantamento da primeira parcela da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) em 12 de setembro próximo, no valor de R\$ 6.900,00; reajuste de 10% para o vales-alimentação (VA), de 5,8% para o vales-refeição (VR), de 10% para o abono em forma de VA/VR; política de bolsa de estudo com reajuste de 4,66% nos valores de reembolso, mesmo índice aplicado aos demais benefícios de caráter econômico; inclusão dos critérios do Programa de Incentivo à Aposentadoria; e contribuição profissional/assistencial correspondente ao percentual de correção dos salários obtido nas negociações, ou seja, 4,70% em duas parcelas consecutivas de 2,35%.

Começam preparativos à Conferência São Paulo Sua

Representantes de movimentos sociais, partidos políticos, associações de bairro, comunicadores e vereadores estiveram entre as dezenas de lideranças paulistanas que participaram em 3 de junho da primeira reunião preparatória da Conferência São Paulo Sua, na sede do SEESP, na Capital. O objetivo é produzir nos próximos nove meses uma plataforma com propostas para as 32 áreas da cidade, produzindo documentos regionais, tendo como pano de fundo uma política voltada para a Região Metropolitana, que será apresentada aos candidatos às eleições municipais em 2020. A ideia é que a cidadania de São Paulo seja transformada, rumo ao Bicentenário da Independência e à Semana de Arte Moderna de 2022.

Murilo Pinheiro, presidente do SEESP e da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU), entidades realizadoras do evento, destacou no ensejo:

Ações garantem o futuro

Em 11 de junho a economista Louise Barsi ministrou na sede do SEESP, na Capital, a palestra “Ações garantem o futuro – o jeito Barsi de investir”. A atividade se deu por iniciativa dessa entidade e do Sindicato dos Economistas no Estado de São Paulo (Sindecon-SP). Corretora da Elite Investimentos, a especialista segue os passos de seu pai, Luiz Barsi. Da infância pobre ao homem que acumulou mais de R\$ 1 bilhão, ele é considerado pelo *Infomoney* o maior investidor pessoa física da Bolsa de Valores. Aos 80 anos, teve sua trajetória exitosa apresentada no ensejo por Louise, que fundou o programa de formação “Ações Garantem o Futuro” em “sua homenagem”.

A proposta, como revelou, é democratizar e desmistificar o mercado de ações de modo que a população tenha acesso a informações e possa fazer sua “carteira previdenciária”. “É possível acumular patrimônio em ações que proporcionarão renda generosa em dividendos e viver muito bem com investimento em Bolsa de Valores.” De acordo com Louise, para



Ao microfone, Allen Habert: união das forças democráticas em prol da cidade.

“Um evento como esse é importante para contribuir com ideias, propostas factíveis, discussões para melhoria da nossa cidade, nosso Estado e País, por melhor qualidade de vida e mais oportunidade a todos.”

O coordenador do encontro, Allen Habert, diretor do SEESP e da CNTU, anunciou que o processo da conferência

passará por 222 cidades em todo o País. “Acreditamos que as eleições municipais de 2020 serão as mais importantes desde a redemocratização. São Paulo possui uma influência no rumo do País. Por isso, tem que dar uma demonstração de união das forças democráticas para que a gente possa apresentar uma agenda mínima de propostas e soluções”, destacou.

Em defesa dos aposentados da Fepasa

Representado pelo seu vice-presidente, João Paulo Dutra, e pelo advogado Nilson Lucilio, o SEESP esteve no dia 19 de junho em Brasília para audiência com o ministro vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Renato de Lacerda Paiva. O objetivo foi expor as motivações para recurso contra o sobrestamento (suspensão) da “Ação do Paradigma CPTM”, em prol dos engenheiros aposentados da antiga Ferrovia Paulista S.A. (Fepasa) – o próprio Dutra é um deles.

Após as exposições dos representantes do SEESP, Paiva indicou sua concordância com os argumentos. Nesse sentido, informou que agilizará os procedimentos para o fim da suspensão.

O SEESP aguarda, para breve, o resultado dessa apreciação. Assim, vitoriosa em todas as instâncias, a ação deverá retornar ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 2ª Região para aplicação imediata, pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, do reajuste das complementações dos benefícios dos engenheiros aposentados e pensionistas da antiga Fepasa.



À atividade, Louise Barsi, João Carlos Bibbo, vice-presidente do SEESP, e Pedro Afonso Gomes, presidente do Sindecon-SP.